

Começa hoje o “esforço” para votar projetos

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

A Câmara dos Deputados e o Senado iniciam hoje um “esforço concentrado” de três dias para votar projetos importantes e tentar desobstruir, na Câmara, a ordem do dia, bloqueada com 245 projetos de lei. Entre as matérias consideradas importantes estão a suspensão das sentenças de despejo por um ano, a instituição do subsídio para o leite, a dispensa dos aposentados de contribuir para a Previdência Social e a regulamentação das eleições de novembro.

Apesar de as sessões ordinárias estarem automaticamente suspensas devido à morte do senador Aderbal Jurema (PFL-PE), tudo indica que o Senado e a Câmara realizarão sessões extraordinárias ainda hoje, caso haja quórum para as votações e os líderes do PDS e do PMDB cheguem a um acordo para desobstruir a pauta da Câmara.

O líder do PDS, Amaral Neto, e o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, discutirão a desobstrução da pauta da Câmara durante almoço, hoje. O PDS quer que o Congresso aprove a regulamentação do artigo 45 da Constituição sobre fiscalização de atos do Poder Executivo e também a emenda que restaura prerrogativas do Congresso, cuja votação seria feita até 20 de junho, para dar seu apoio aos demais projetos. Amaral Neto disse que o PDS quer também aprovar projeto do deputado Pratiní de Moraes, prevendo retaliações contra países que adotarem práticas protecionistas contra produtos brasileiros, e outro do deputado Cunha Bueno, desestatizando o parque gráfico oficial.

OBSTRUÇÃO

Neste ano, a Câmara aprovou sete projetos. Na pauta há 245 proposições. A obstrução do PDS, que impede a aprovação de qualquer projeto, se deve à insistência do governo em aprovar projeto que, disciplinando a ocupação de imóveis residenciais, prevê que não terão direito a eles os funcionários que sejam proprietários em Brasília, mas abre exceção para os ministros de Estado, dos Tribunais Superiores e aos ocupantes de cargos, DAs 4, 5 e 6. O PDS não concorda com essas exceções.

Além disso, esse partido, receoso de não chegar a acordo com a liderança do governo para a votação da extensa pauta, solicitou ontem à Mesa da Câmara que forme uma comissão interpartidária para certificar-se do funcionamento da aparelhagem eletrônica de votação, que tem apresentado defeito. Muitas vezes os votos de vários deputados não são registrados, e os próprios deputados,

mesmo presentes, não são contados para efeito de quórum, a fim de evitar fraude.

Ainda fora da ordem do dia, mas com requerimentos de urgência, poderão ser votados pela Câmara, durante o esforço concentrado, os projetos do governo que tratam do subsídio para o leite, das contribuições dos aposentados para a Previdência Social e proíbe o despejo de inquilinos até março de 87. Na mesma situação estão projetos parlamentares importantes, como a regulamentação das eleições de novembro, o que proíbe demissões imotivadas, o que desestatiza as gráficas oficiais e o relatório final da CPI que investigou o caso Delfin-BNH.

No Senado, não há matérias importantes pendentes. Suas decisões seriam mais para referendar votações que a Câmara dos Deputados venha a realizar. Segundo o senador Alfredo Campos, líder do PMDB, o Senado espera que, além das matérias já citadas, a Câmara tenha condições de aprovar o projeto regulamentando a distribuição do horário gratuito de propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Se a Câmara não se pronunciar até quinta-feira, à tarde, no mesmo dia o Senado deverá aprovar, em sessão noturna, o projeto do líder do PDS, Murilo Badaró, com esse objetivo.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Com o falecimento do senador Aderbal Jurema e a suspensão automática das sessões, acredita-se que muitos deputados não irão a Brasília, dificultando a obtenção de quórum. Caso isso não ocorra, contudo, as lideranças partidárias, de comum acordo, poderão convocar sessão extraordinária para o final da tarde. No Senado, o presidente José Fragelli defende a realização de sessões extraordinárias: “Acho que não podemos deixar de realizar o esforço concentrado — disse ele —, embora devamos homenagear a memória do senador Jurema”.

Como outras 648 proposições, estão prontos para a ordem do dia do Senado os projetos sobre a extinção da candidatura nata de senadores e o fim das sublegendas. Mas, segundo admitiu Fragelli, são matérias polêmicas e a sua inclusão na pauta das votações poderia comprometer o êxito de todas as demais votações.

O Senado já aprovou um projeto de regulamentação eleitoral, envolvendo as coligações partidárias, mas na Câmara essa proposição deverá ser emendada, para suprimir, como desejam as lideranças, as coligações para eleições majoritárias (Senado e governadores). Conseqüentemente, o projeto retornará ao Senado, para exame das alterações a serem introduzidas pelos deputados.